

2015

RELATÓRIO DE GESTÃO CÂMARA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO



ORGÃO EXECUTIVO
Em de 2016-04-19 de

ORGÃO DELIBERATIVO
Em de 2016-04-20 de



Fernando Manuel Fajoso



ÍNDICE

1 - Caracterização da atividade municipal durante o ano de 2015

1.1 – Enquadramento	Pág.03
1.2 - Análise sumária de 2015	Pág.04
1.3 - Estrutura organizativa	Pág.05
1.4 - Recursos Humanos	Pág.07
1.5 - Análise Orçamental da Despesa e da Receita	Pág.08
1.6 - Evolução da Execução Orçamental	Pág.20
1.7 - Análise da execução anual das Grandes Opções do Plano	Pág.21

2 - Análise da situação Económica e Financeira

2.1 - Indicadores gerais de atividade	Pág.25
2.2 - Custos	Pág.27
2.3 - Proveitos	Pág.27
2.4 - Resultados	Pág.27
2.5 - Análise Financeira	Pág.28



2.6 - Endividamento	Pág.29
2.6.1 - Capacidade Legal de Endividamento	Pág.29
2.6.2 - Dividas a Terceiros - Curto Prazo	Pág.30
2.6.3 - Dividas a Terceiros - Médio e Longo Prazo	Pág.31
2.6.4 - Dívidas de Terceiros	Pág.32
3 – Aferição do cumprimento da regra do equilíbrio	Pág.33
4 - Proposta de aplicação do resultado líquido do exercício	Pág.34

Anexos: – Balanço Social; Balanço Demonstração de Resultados e Anexo ao Balanço e Demonstração de Resultados



1. CARACTERIZAÇÃO DA ATIVIDADE MUNICIPAL DURANTE O ANO DE 2015

1.1 - ENQUADRAMENTO

Em conformidade com o disposto na alínea i) do nº 1 do artigo 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, foram elaborados os documentos de prestação de contas relativas ao ano 2015, perspetivando:

- O controlo político da Assembleia Municipal, de acordo com a alínea l) do nº 2 do artigo 25º da mencionada Lei;
- O controlo jurisdicional do Tribunal de Contas;
- O controlo administrativo de verificação da legalidade por parte dos órgãos da tutela da Administração Central;
- A transparência junto dos cidadãos sobre a atividade desenvolvida pela autarquia.

Pretende simultaneamente aferir a qualidade da gestão municipal, através da avaliação dos resultados e do grau de eficiência e eficácia da afetação de recursos face aos objetivos realizados.



1.2 – ANÁLISE SUMÁRIA DE 2015

O desenvolvimento da atividade municipal no ano de 2015, do ponto de vista da sua gestão orçamental, ficou marcado mais uma vez por uma gestão rigorosa que permitiu, na relação Receitas Correntes - Despesas Correntes, libertar um valor de **12.168.191,38€** para Investimento.

Esta realidade deriva da orientação estratégica da gestão da autarquia, prosseguida desde 1998, que elegeu a redução da despesa corrente enquanto instrumento para o reforço do investimento. No ano de 2015, estabilizou-se o valor das despesas correntes, o que permitiu canalizar uma percentagem significativa do valor previsto em despesas correntes para despesas de capital.

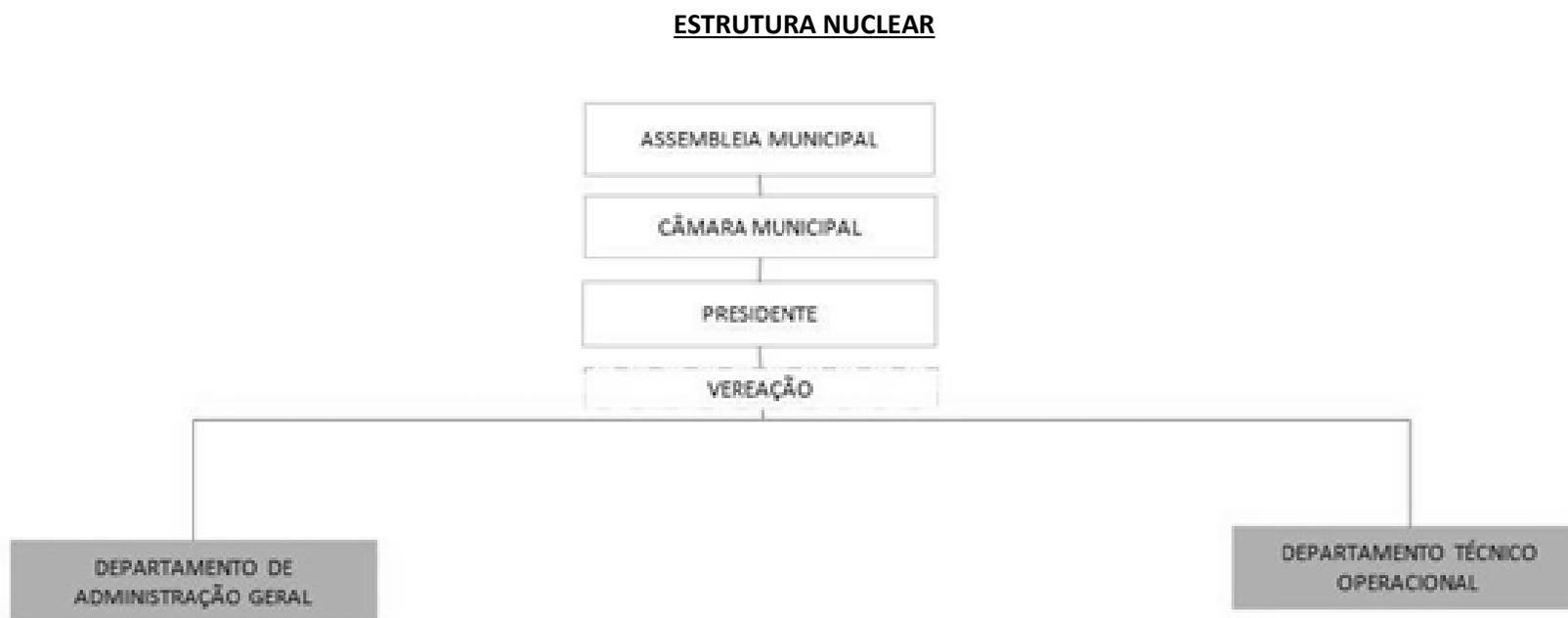
Como resultado, esta robustez do Município de Castelo Branco permite continuar a ser um elemento decisivo no desenvolvimento do Concelho, mantendo uma presença forte não só nos investimentos que realiza como também no apoio à realização de uma significativa variedade de atividades desenvolvidas pelas entidades e coletividades do Concelho.

Também no ano de 2015, seguindo a melhor tradição dos anos precedentes, a gestão do Município foi impulsionada, positivamente, pela colaboração que os diferentes agentes e atores locais – Munícipes, Autarcas, Dirigentes e Funcionários Municipais, organizações partidárias, sindicais e socioprofissionais, coletividades, empresas e demais entidades, públicas e privadas – prestaram à Autarquia. Aquele bom relacionamento é credor do reconhecido agradecimento do Executivo Municipal.



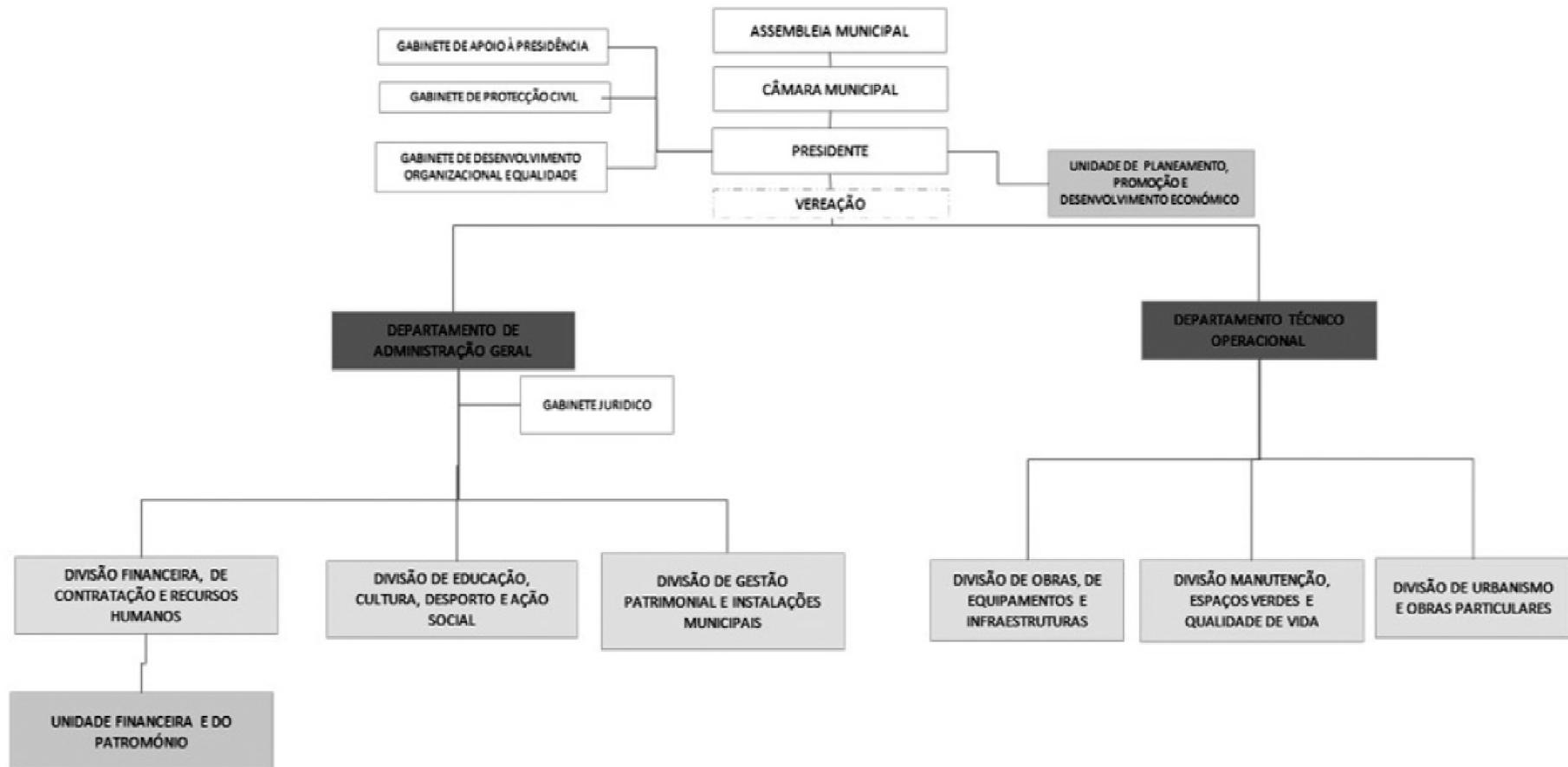
1.3 - ESTRUTURA ORGANIZATIVA

O organigrama de funcionamento do Município, em 31/12/2015, era o seguinte:





ESTRUTURA FLEXÍVEL





1.4 – RECURSOS HUMANOS

O Balanço Social, referente a 31/12/2015, consta como anexo do presente relatório e integra a informação e a análise dos recursos humanos do Município.

Apresenta-se, no entanto, um conjunto de indicadores:

A – RÁCIOS DE PESSOAL			2011	2012	2013	2014	2015
1	Trabalhadores do Município Ano n/n-1	%	-3,65%	-4,39%	-18,16%	-2,55%	-1,00%
2	Despesas com Pessoal / População Concelho Castelo Branco	€	128,54	115,73	119,53	125,63	120,07
3	População Concelho Castelo Branco / Trabalhadores do Município	Nº	111,59	117,14	143,14	146,88	148,05

POPULAÇÃO CONCELHO CASTELO BRANCO: 2010 E 2011 - CENSOS DE 2011 / 2012, 2013 E 2014 - CENSOS DE 2011

Quadro 1 – Rácios de Pessoal

Face aos rácios apresentados, volta a evidenciar-se uma redução do nº de trabalhadores face ao ano anterior, no seguimento do decréscimo dos últimos anos. Este percurso implica uma estrutura de custos com o pessoal muito abaixo da média nacional.



1.5 – ANÁLISE ORÇAMENTAL DA DESPESA E DA RECEITA

Apesar de, desde 2012 as Receitas do Município estarem a diminuir (face a 2014 houve uma diminuição de cerca de 1,5 milhões de €), nomeadamente nas verbas relacionadas com Fundos Comunitários, a gestão do ano 2015 permitiu libertar 12.168.191,38€ da gestão corrente para consignar ao investimento.

- A receita do exercício, que totalizou **33.578.636,95 €**, repartiu-se por:

RECEITAS CORRENTES	30.455.034,65 €
RECEITAS DE CAPITAL	3.123.602,30 €

- A despesa total foi de **32.475.365,29 €**, correspondendo ao somatório dos seguintes valores:

DESPESAS CORRENTES	18.286.843,27 €
DESPESAS DE CAPITAL	14.188.522,02 €

Salienta-se que todos os cálculos foram efetuados com base na execução orçamental corrigida do ano por via da revisão orçamental, sendo apenas consideradas a receita e a despesa que diz respeito à execução orçamental, pelo que não foram incluídos os seguintes valores:

- Saldo da gerência anterior que foi utilizado na revisão de 27/11/2015 - **1.200.000 €**
- Reposições não abatidas aos pagamento - **86.599,90 €**

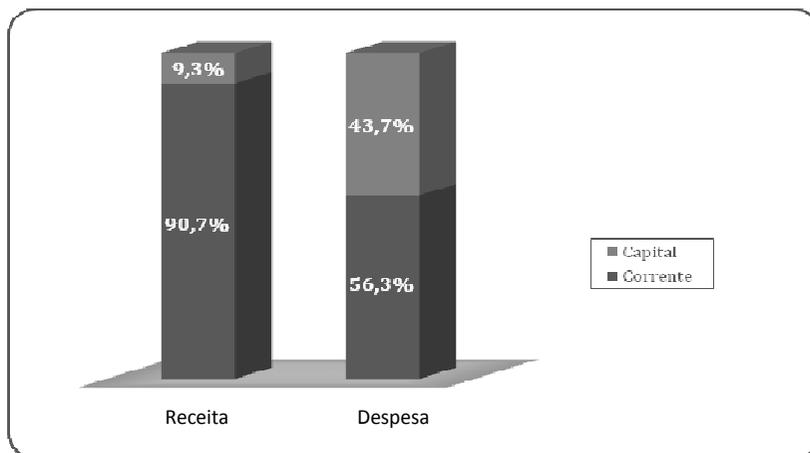


Gráfico 1 – Receita e Despesa (%)

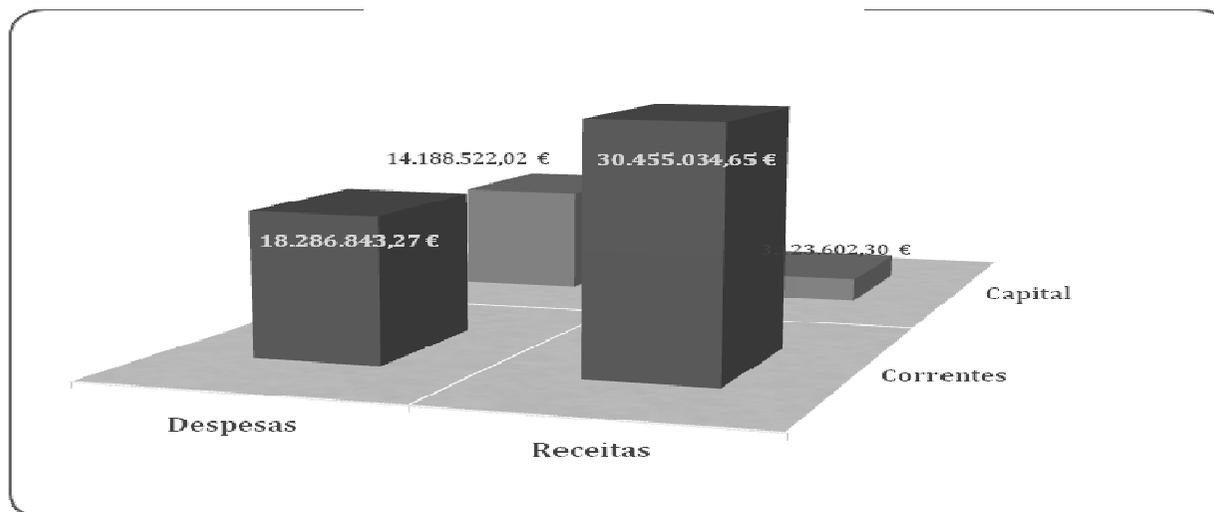


Gráfico 1 – Receita e Despesa (€)



O valor orçamental da despesa do exercício de 2015 fixou-se em **32.475.365,29 €**, correspondendo a 69,52 % do valor do orçamento. Os valores dos últimos cinco anos, constam do quadro e do gráfico seguinte.

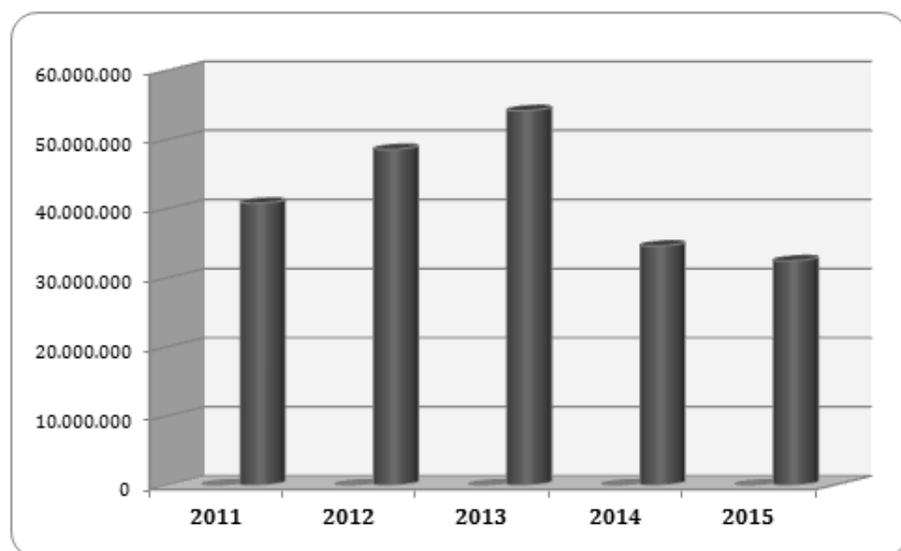


Gráfico 3 – Despesa (€)

ORÇAMENTO - DESPESA	
2011	40.810.561 €
2012	48.588.488 €
2013	54.206.857 €
2014	34.618.467 €
2015	32.475.365 €

Quadro 2 – Despesa (€)

No ano de 2015, a gestão da Câmara Municipal decorreu em consonância com as boas práticas dos anos precedentes, superiormente orientadas pelo rigor, pelo controlo da despesa de funcionamento, pela maximização do investimento e pela contenção do endividamento.



Em 2015, a estruturação da despesa corrente e de capital foi enquadrada nas diferentes rubricas e da seguinte forma:

CLASS. ECONÓMICA	VALOR (€)	%
DESPEAS COM PESSOAL	6.737.250,64	20,75
AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	8.103.482,37	24,95
JUROS E OUTROS ENCARGOS	84.235,96	0,26
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	2.715.188,73	8,36
SUBSÍDIOS	400.599,48	1,23
OUTRAS DESPEAS CORRENTES	246.086,09	0,76
AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL	10.573.438,83	32,56
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	2.084.484,59	6,42
ATIVOS FINANCEIROS	274.732,00	0,85
PASSIVOS FINANCEIROS	1.230.971,40	3,79
OUTRAS DESPEAS DE CAPITAL	24.895,20	0,08

Quadro 3 – Despesa por Rubrica



Do total da despesa, 56,3% diz respeito a despesa corrente, que é submetida a um rigoroso escrutínio, em obediência a princípios de gestão rigorosos fundamentais. A evolução das despesas correntes, no último quinquénio, demonstra a consistência da gestão adotada.

DESPESAS CORRENTES	
2011	16.250.904 €
2012	16.938.388 €
2013	20.317.964 €
2014	18.116.198 €
2015	18.286.843 €

Quadro 4 – Despesa

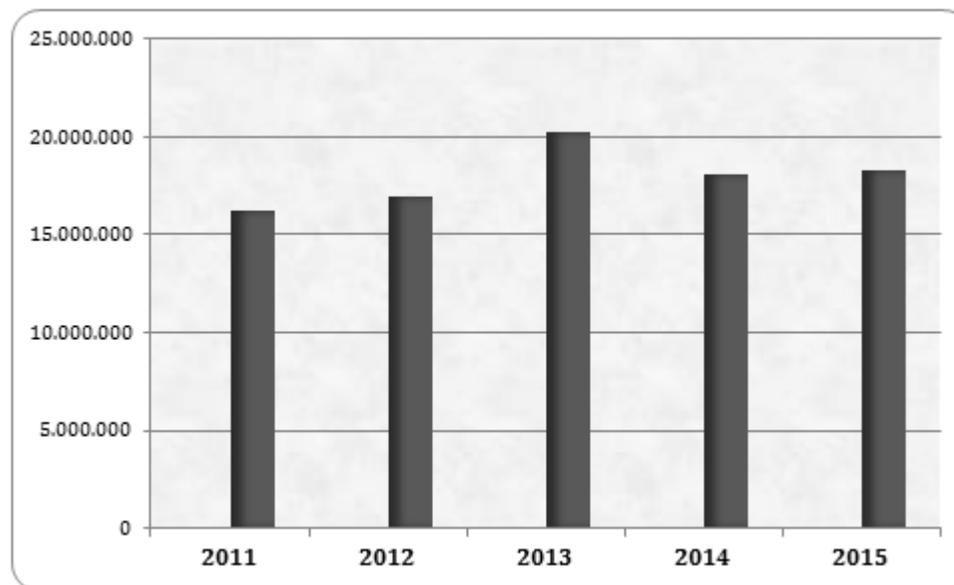


Gráfico 4 – Evolução das Despesa

Como se pode constatar as despesas correntes estabilizaram face ao ano anterior, registando-se um aumento inferior a 1%.



As despesas com pessoal, a rubrica mais estrutural dos gastos correntes, manteve-se ao nível do ano de 2013, uma vez que não se poderá comparar com a do ano de 2014, ano em que foi paga a opção gestionária.

ENCARGOS COM PESSOAL	
2011	7.186.389 €
2012	6.493.719 €
2013	6.706.854 €
2014	7.049.080 €
2015	6.737.250 €

Quadro 5 – Encargos com o Pessoal

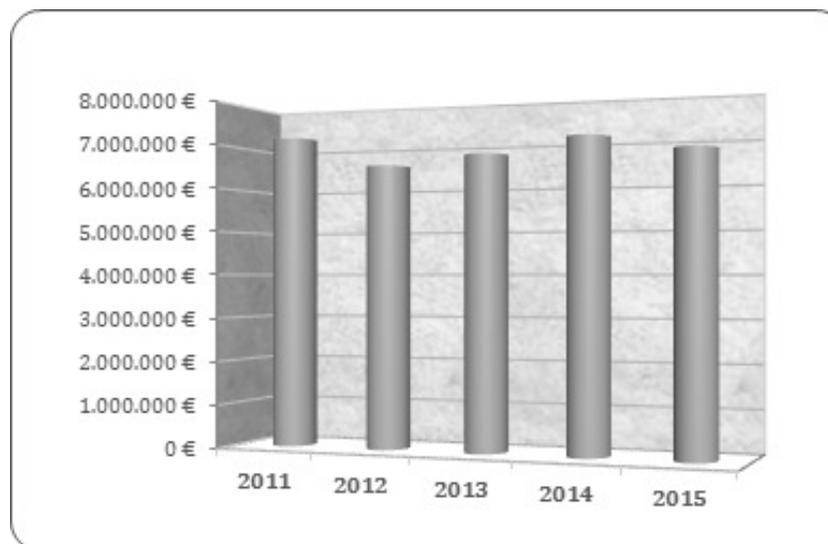


Gráfico 5 – Encargos com o Pessoal

No ano de 2015, o investimento realizado atingiu **14.188.522,02 €** tendo correspondido a cerca de 43,7% da despesa total.



O registo histórico dos valores do investimento realizados pela Autarquia está evidenciado no quadro seguinte:

DESPESAS DE CAPITAL	
2011	24.559.656,81 €
2012	31.650.100,15 €
2013	33.888.893,09 €
2014	16.502.268,38 €
2015	14.188.522,02 €

Quadro 6 – Despesas de Capital (€)

Da análise deste quadro, importa considerar:

- Que no ano 2014, o valor referido no quadro inclui a restituição extraordinária do valor de 2.615.561,17€ à Direção Regional de Educação do Centro, pelo que, excluindo esse valor, no ano 2015 as despesas de capital foram superiores face a 2014.
- Comprova este dado, o facto de, em termos da rubrica “Aquisição de Bens de Capital”, a Autarquia ter aumentado, face a 2014, a despesa em mais de 1.200.000€, resultado do forte investimento realizado em todo o Concelho, incluindo, de forma generalizada, as Freguesias.
- Concluindo, podemos afirmar que no global o Orçamento da Despesa diminuiu, mas em termos de investimento real e concreto houve um aumento.



No ano de 2015, o total de receitas correntes e de capital tiveram um decréscimo face aos últimos anos:

	RECEITA
2011	43.873.161 €
2012	54.639.505 €
2013	44.411.659 €
2014	35.076.864 €
2015	33.578.637 €

Quadro 7 – Receita (Corrente + Capital) (€)

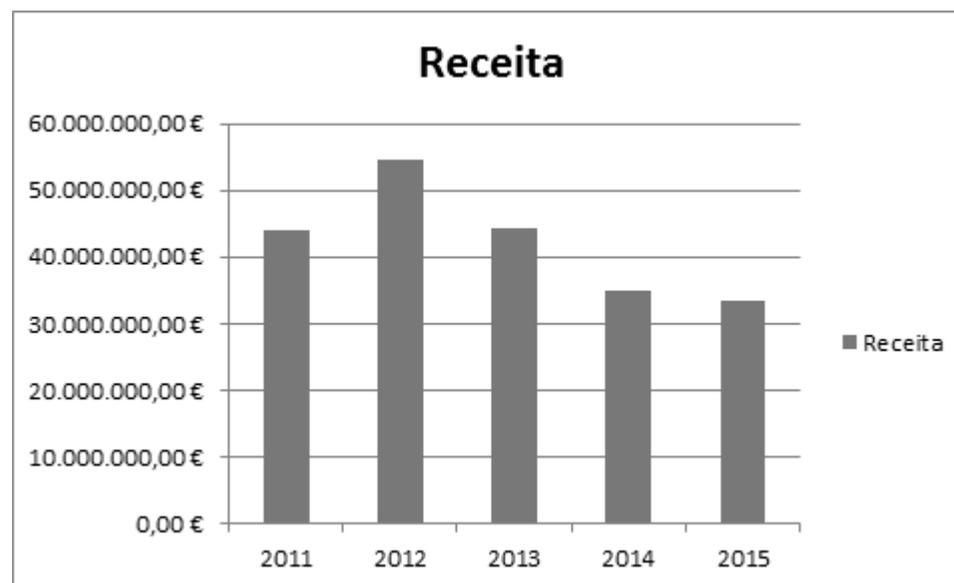


Gráfico 6 – Receita (€)



Em 2015, a estruturação da receita corrente e de capital foi enquadrada nas diferentes rubricas e da seguinte forma:

CLASS. ECONÓMICA	VALOR (€)	%
IMPOSTOS DIRETOS	8.797.621,98	26,20
IMPOSTOS INDIRETOS	350.053,24	1,04
TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES	120.032,36	0,36
RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE	747.661,69	2,23
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	16.982.278,36	50,57
VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES	3.244.644,23	9,66
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	212.742,39	0,63
VENDAS DE BENS E INVESTIMENTOS	233.740,82	0,70
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	2.801.106,94	8,34
ATIVOS FINANCEIROS	2.154,64	0,01
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	86.599,9	0,26

Quadro 8 – Orçamento de Receita



Do total da receita, 90,7% diz respeito a receita corrente, proveniente essencialmente dos Impostos Diretos e das Transferências Correntes.

A evolução das receitas correntes, no último quinquénio, consta do quadro seguinte:

	RECEITAS CORRENTES
2011	28.338.251 €
2012	28.137.661 €
2013	30.083.453 €
2014	31.588.433 €
2015	30.455.034 €

Quadro 9 - Receitas

Verifica-se uma importância estrutural das receitas relativas a Impostos Diretos e Transferências Correntes, nomeadamente do Fundo de Equilíbrio Financeiro, do Fundo Social Municipal e da Participação Fixa do IRS.



No ano de 2015, as receitas de capital apenas representaram 9,3% do total das receitas, provocando uma queda ligeira face aos últimos anos, devido substancialmente à diminuição de verbas relativas a Fundos Comunitários:

RECEITAS DE CAPITAL	
2011	15.534.909,88 €
2012	26.501.843,56 €
2013	14.328.205,97 €
2014	3.488.429,90 €
2015	3.123.602,30 €

Quadro 10 – Receitas de Capital



Na relação entre despesas e receitas e considerando os rácios a seguir apresentados, evidencia-se que as receitas de capital sustentaram apenas 22% do investimento efetuado, pelo que o restante foi conseguido com a afetação de receitas correntes.

	RECEITAS CORRENTES	RECEITAS DE CAPITAL
	/	/
	DESPESAS CORRENTES	DESPESAS DE CAPITAL
2010	171,4 %	52,90 %
2011	174,38 %	63,25 %
2012	166,12 %	83,73 %
2013	148,75 %	42,28 %
2014	174,37 %	21,14 %
2015	166,54 %	22,01 %

Quadro 11 – Rácios Receitas / Despesas



1.6 – EVOLUÇÃO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

No quadro seguinte apresenta-se a evolução da execução orçamental do Município de Castelo Branco, desde 2011.

	(valores em %)	2011	2012	2013	2014	2015
RECEITAS	CORRENTES	97,76	103,83	88,72	96,48	85,38
	CAPITAL	38,37	54,77	37,20	12,58	31,33
	TOTAL	63,13	72,36	61,50	58,07	74,45
DESPESAS	CORRENTES	84,23	87,93	86,99	79,51	84,99
	CAPITAL	48,57	55,49	61,02	42,48	56,31
	TOTAL	58,42	63,68	68,71	56,17	69,52

Quadro 12 – Execução Orçamental desde 2011

Partindo de um Orçamento para 2015 mais realista e adequado à conjuntura, a execução do mesmo apresenta valores muito satisfatórios, garantindo as melhores taxas de execução dos anos em análise.

Assim:

- Em termos de receita total, foi obtida uma taxa de execução de 74,45%, mesmo com as receitas de capital, apesar de melhorar face a 2014, ainda a não atingirem os valores esperados, muito por culpa de uma fraca dinamização e execução do Quadro Comunitário.
- Em termos de despesa total, a execução de 69,52% representa a capacidade que o executivo tem demonstrado para investir, independentemente dos apoios comunitários, garantindo a melhor taxa de execução dos anos em análise.



1.7 – ANÁLISE DA EXECUÇÃO ANUAL DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO

O nível global de execução das Grandes Opções do Plano para 2015 foi de 60,99%, repartindo-se a execução nos diferentes objetivos da forma como se apresenta no gráfico seguinte:

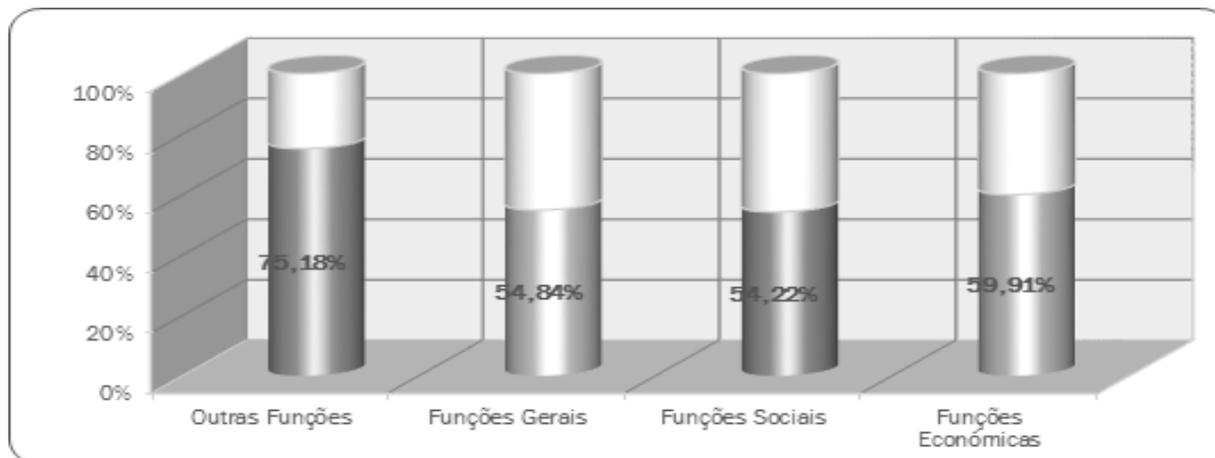


Gráfico 7

Execução dos Objetivos GOP

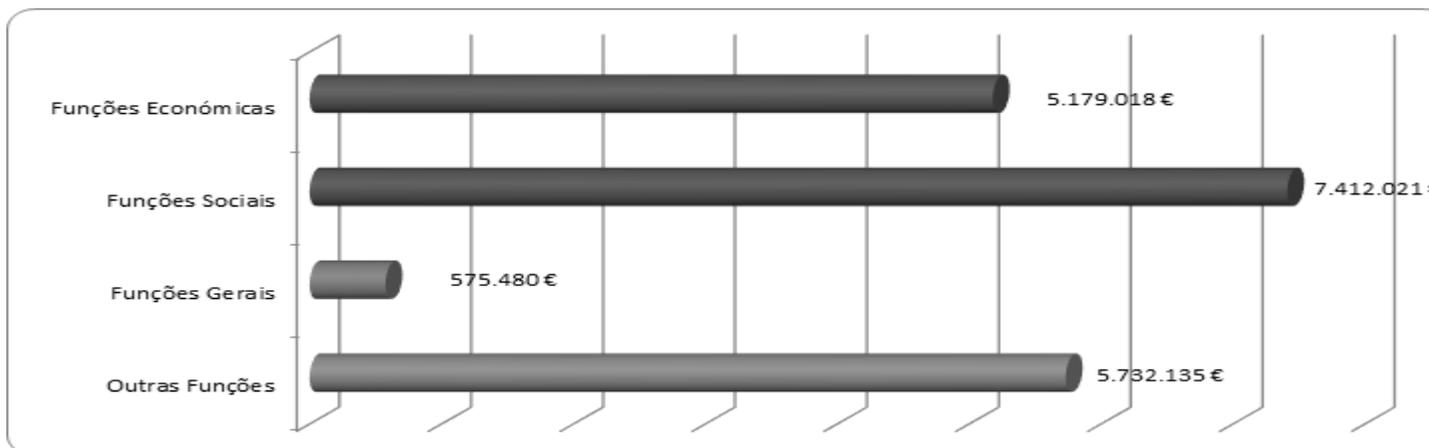


Gráfico 8

Valores das GOP por Objetivos



Da atividade municipal durante o ano de 2015, à qual se refere o documento “Execução Anual das Grandes Opções do Plano”, destacam-se as iniciativas que reputamos de maior significado, nas distintas funções autárquicas:

Funções Gerais

Serviços Gerais Administração Pública

- Aquisição de material informático e administrativo;

Funções Sociais

Educação – Ensino Não Superior

- Construção, conservação, reparação e melhoramentos de Escolas;

Saúde – Segurança e Ação Social

- Transferência de Capital para Instituições para Apoio Social e Associação de Desenvolvimento Amato Lusitano;
- Transferências de capital para Instituições para construção de centros de dia e centros sociais no Município;

Habituação e Serviços Coletivos – Habitação

- Construção, reparação e melhoramentos em habitações propriedade do Município;
- Aquisição de prédios na Zona Histórica para requalificação para Habitação Social;
- Reabilitação de Edifícios no Barrocal junto à Linha Férrea;



Ordenamento do Território

- Aquisição de terrenos;
- Aquisição de prédios no Município: outros edifícios e Habitações;
- Obras de Requalificação Urbana em Castelo Branco e nas Freguesias:
 - Lago Pedonal entre a Avenida Professor Doutor Egas Moniz e a Zona Industrial;
 - Requalificação de arruamentos no Bairro da Carapalha;
 - Requalificação da Rua Dr. Sousa Vieira e Rua Pedro da Silva Martins;
 - Várias intervenções de Construção e Requalificação nas Freguesias.
- Requalificação Urbana e Valorização Paisagística do espaço Público do Centro Histórico;
- Requalificação da Praceta da Sobreira e arruamentos envolventes;
- Requalificação Urbanística em Alcains;

Proteção do Meio Ambiente e Proteção da Natureza

- Construção, melhoramentos e conservação de parques e jardins e outros espaços ajardinados;

Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos

- Aquisição, mobiliário, maquinaria e equipamentos para instalações culturais;
- Transferências de Capital para a APPACDM para construção do Museu da Seda;

Desporto, Recreio e Lazer

- Construção do Pavilhão Multiusos da Boa esperança
- Transferência de capital para apoio a coletividades e instituições;
- Requalificação de piscinas municipais;
- Construção e conservação de instalações desportivas no Município;
- Construção e requalificação de Parques Infantis no Município;



Outras atividades cívicas e religiosas

- Transferências de capital para recuperação de igrejas, capelas e espaços exteriores.

Funções Económicas

Indústria e Energia

- Infraestruturas na Área de Localização Empresarial;
- Conservação Reparação e Melhoramentos nas Redes de Iluminação Pública Propriedade do Município;
- Eletrificações no Município;

Transporte Rodoviários

- Construção, reparação e melhoramento de estradas e caminhos municipais;
- Construção Conservação de Caminhos Rurais/Agrícolas e Florestais;
- Construção/Remodelação de parques de estacionamento para veículos na cidade;
- Reabilitação de Ex EN 112 no troço compreendido ente Salgueiro do Campo e o limite do Concelho.

Comércio e Turismo

- Transferência de Capital para o CATAA, para investigação e desenvolvimento;
- Transferência de Capital para o INOVCLUSTER - Associação Cluster Agro-Industrial Centro;
- Realização de feiras no Concelho;
- Requalificação do Mercado Coberto de Alcains e envolvente;

Outras Funções Económicas

- Conservação Reparação e Melhoramentos de Edifícios Propriedade do Município;
- Cobertura de um Pavilhão Municipal na Cruz do Montalvão;

Transportes Aéreos

- Construção do Aeródromo de Castelo Branco – Torre e Acessos



2. ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

2.1 - INDICADORES GERAIS DE ATIVIDADE

Os quadros seguintes referem-se a rácios de estrutura, gestão, investimento e produtividade que caracterizam o desenvolvimento das competências e atribuições da Autarquia, na prossecução do interesse público, com a satisfação das necessidades coletivas da comunidade, relacionadas com as funções gerais, sociais, económicas e outras, conferidas ao Município. A informação apresentada, desde 2011, permite avaliar a evolução registada no último quinquénio.

A – RÁCIOS DE ESTRUTURA (%)		2011	2012	2013	2014	2015
1	Impostos Diretos / Receitas Correntes	30,77	30,48	27,02	26,80	28,89
2	Transferências Correntes / Receitas Correntes	49,99	49,43	53,12	52,24	55,76
3	Transferências Capital / Receitas de Capital	97,13	88,07	84,51	95,71	89,68
4	Passivos Financeiros / Receitas de Capital	13,90	8,31	18,23	37,69	34,41
5	Receitas Correntes / Receitas Totais	64,58	51,50	67,84	89,80	90,70

Quadro 13 – Rácios de Estruturas



B – RÁCIOS DE GESTÃO (%)		2011	2012	2013	2014	2015
6	Despesas Correntes / Receitas Correntes	57,35	60,20	67,23	57,35	60,05
7	Despesas de Capital / Receitas de Capital	158,09	119,42	236,52	473,05	454,24
8	Despesas com o Pessoal / Receitas Correntes	25,36	23,08	22,19	22,31	22,12
9	Despesas com o Pessoal / Despesas Correntes	44,24	38,34	33,00	38,91	36,84

Quadro 14 – Rácios de Gestão

C – RÁCIOS DE INVESTIMENTO		2011	2012	2013	2014	2015
10	Investimentos / Despesa Total	% 60,18	65,14	46,69	47,67	43,69
11	Investimentos / População (x)	€ 438	568	454	294	253
12	Investimentos / Área do Município (xx)	€ 17.055	21.979	17.574	11.460	9.853

(x) - €uros/população residente (com base nos Censos)

(xx) – €uros/Km² (1440 Km² a área total do Município)

Quadro 15 – Rácios de Investimento



D – PRODUTIVIDADE		2011	2012	2013	2014	2015
14	População / Total Funcionários (un.)	112	118	142	146	148
15	Despesas com o Pessoal / Investimentos (%)	29,26	20,52	26,50	75,54	47,48
16	Investimentos / Total Funcionários (€)	49.021	66.352	64.559	24.427	37.437
17	Receitas Total / Total Funcionários (€)	87.584	114.549	113.650	92.076	88.598
18	Despesa de Funcionamento / Total de Funcionários (€)	32.436	35.510	36.356	47.424	48.250

Quadro 16 – Indicadores de Produtividade

2.2 - CUSTOS

No exercício de 2015, em termos de custos, destacam-se as “amortizações do exercício”, os “encargos com o pessoal” e os “fornecimentos e serviços externos”.

2.3 – PROVEITOS

Os proveitos do exercício de 2014 distribuíram-se, essencialmente, por “transferências e subsídios”, “impostos e taxas” e “Rendas e Alugueres”.

2.4– RESULTADOS

Do exercício de 2015 foi apurado um resultado líquido positivo no valor de **3.067.995,84 €**.



2.5 – ANÁLISE FINANCEIRA

Considerando a elaboração do Balanço, da Demonstração de Resultados e do respetivo anexo, torna-se possível uma análise mais circunstanciada da situação financeira do Município de Castelo Branco, em 31 de dezembro de 2015, com base nos indicadores e nos rácios económicos e financeiros que se apresentam a seguir.

		2011	2012	2013	2014	2015
LIQUIDEZ GERAL	(Ativo Circulante / Exigível C. P.)	21,10	27,92	73,03	14,09	14,59
SOLVABILIDADE	(Recursos Próprios / Recursos Alheios)	11,7	16,34	19,41	18,38	20,58
ENDIVIDAMENTO	(Passivo / Ativo Líquido X 100)	4,97%	3,86%	3,31%	3,56%	3,02%

		2011	2012	2013	2014	2015
AUTONOMIA FINANCEIRA	(Fundos Próprios / Ativo Total)	58,21%	59,81%	60,19%	60,33%	62,14%
COBERTURA ATIVO	(Ativo total / Passivo Total)	20,11	25,89	29,66	28,12	45,18
DEPENDÊNCIA DOS EMPRÉSTIMOS M/L PRAZO	(Emp. M/L prazo / Ativo Total)	4,38%	3,18%	3,02%	2,15%	1,57%
IMOBILIZADO / ATIVO TOTAL		87,36%	84,42%	90,61%	90,55%	92,72%

Quadro 17 – Indicadores Económico-Financeiros



2.6 – ENDIVIDAMENTO

A evolução das dívidas a terceiros e de terceiros, de curto, de médio e longo prazo, nos últimos 5 anos, encontra-se perfeitamente identificada nos quadros seguintes, e resulta essencialmente dos investimentos realizados, ou em curso, e dos empréstimos contratados, visados, utilizados e ainda não utilizados.

A capacidade legal de endividamento do Município de Castelo Branco encontra-se num nível razoável e não constitui um fator impeditivo do normal desenvolvimento das atividades municipais, tendo em conta as capacidades económicas, financeiras e de endividamento da Autarquia.

2.6.1– CAPACIDADE LEGAL DE ENDIVIDAMENTO

O Município de Castelo Branco dispõe de capacidade de endividamento junto das instituições bancárias, respeitando a legislação em vigor, em matéria de endividamento das autarquias locais.

O limite da dívida total previsto, em 2015, de acordo com o rateio atribuído ao Município de Castelo Branco, conforme informação da DGAL - Direcção-Geral das Autarquias Locais é de 78.048.018 €, podendo a autarquia caso o entenda contrair encargos de Médio e Longo prazo até este montante.



2.6.2– DÍVIDA A TERCEIROS – CURTO PRAZO

31/12/2011	1.580.505,85 €
31/12/2012	1.438.133,26 €
31/12/2013	405.003,28 €
31/12/2014	2.105.923,15 €
31/12/2015	1.868.915,00 €

Quadro 18 – Dívida a Terceiros - Curto Prazo

A dívida em 31/12/2015, do Município de Castelo Branco a terceiros, a curto prazo, registou a evolução evidenciada no quadro acima. O principal componente da dívida a terceiros de curto prazo diz respeito ao valor a pagar ao FAM conforme estabelecido no nº.3 do Artigo 17º da Lei 53/2014 de 25 de agosto, o qual representa a 31/12/2015 o valor de 1.373.658,87 €.



2.6.3 – DÍVIDA A TERCEIROS – MÉDIO E LONGO PRAZO

A dívida do Município de Castelo Branco a terceiros, a médio e longo prazo, constituída em exclusivo por empréstimos contratados, totalizava **6.763.390,66 €** em 31/12/2015, conforme consta no Balanço.

A dívida a médio e longo prazo, tendo em conta o valor utilizado dos empréstimos contratados, e a respetiva evolução no último quinquénio consta do quadro seguinte.

31/12/2010	13.834.283 €
31/12/2011	11.674.930 €
31/12/2012	9.472.441 €
31/12/2013	9.309.245 €
31/12/2014	8.413.372 €
31/12/2015	6.763.391 €

Quadro 19 – Dívida a Terceiros -ML Prazo

O valor efetivo da dívida decorre dos encargos resultantes dos compromissos relativos à amortização de financiamentos contratados e utilizados. Esta dívida resulta da utilização de empréstimos contraídos junto de instituições bancárias, a seguir identificadas, para a realização de investimentos co-financiados pelos fundos comunitários: Caixa Geral de Depósitos, S.A.; Banco Português de Investimento, S.A.; Banco Totta & Açores, S.A., Agência para a Coesão e Desenvolvimento, IP (IFDR) e Novo Banco, S.A.



2.6.4 – DÍVIDA DE TERCEIROS

A dívida de terceiros ao Município apresenta os valores que constam do quadro seguinte.

31/12/2010	1.507.428,94€
31/12/2011	1.172.834,83€
31/12/2012	1.881.713,46€
31/12/2013	983.365,25€
31/12/2014	989.664,58€
31/12/2015	973.005,22€

Quadro 20 – Dívida de Terceiros



3. AFERIÇÃO DO CUMPRIMENTO DA REGRA DO EQUILÍBRIO

EMPRÉSTIMOS

Designação	Capital em dívida a 01 Janeiro de 2015	Vida útil remanescente a 01 de Janeiro de 2015	Amortização Média
Empréstimos SANTANDER	187.311	3	62.051
Empréstimo NOVO BANCO	74.942	4	18.735
Empréstimos CGD	5.695.077	5	1.006.000
Empréstimo BPI	400.308	5	80.062
Empréstimo IFDR	1.636.724	11	64.123
TOTAIS	7.994.362		1.230.971

Quadro 21 – Empréstimos

REGRA DO EQUILÍBRIO

Apuramento do Cumprimento da Regra do Equilíbrio Financeiro	Valor
Amortização Média	1.230.971
Despesas Correntes Execução 31/12/2015	18.286.843
Sub-total	19.517.814
Receitas Correntes Execução 31/12/2015	30.455.035
Margem de Equilíbrio (Art.º 40 Lei 73/2013)	10.937.220

Quadro 22 – Regra do Equilíbrio

Elaborado nos termos do n.º 2 do art.º 40 da Lei 73/2013



4. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DO RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO

Em conformidade com as demonstrações financeiras do ano 2015, o resultado líquido do exercício foi de **3.067.995,84 €**, valor que se encontra evidenciado tanto no Balanço como na Demonstração de Resultados.

Assim, nos termos do estipulado no ponto 2.7.3. do POCAL, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, a Câmara Municipal propõe a seguinte aplicação de resultados:

1.º – Que o resultado líquido do exercício, no valor de **3.067.995,84 €**, seja transferido para a conta 59 – “Resultados Transitados”.

E, posteriormente

2.º – Que se constituam reservas legais, no montante de **153.399,79 €**, equivalente a 5% do resultado líquido do exercício.



Não se conhecem quaisquer factos relevantes, decorrentes da atividade desenvolvida no ano agora em análise, que possam vir a afetar as atividades do Município no ano de 2016.

Castelo Branco, 08 de Abril de 2016

O Presidente da Câmara Municipal de Castelo Branco

A handwritten signature in black ink, reading 'Luís Correia'.

Dr. Luís Correia

ANEXO AO BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

MUNICÍPIO DE CASTELO BRANCO

ANO 2015

8.1 – Caracterização da Entidade

8.1.1 – Identificação

Morada: Praça do Município
6000-458 Castelo Branco
Contribuinte n.º 501143530

CARACTERIZAÇÃO DA ENTIDADE

(De harmonia com o ponto 8.1 do POCAL e ponto III da Resolução n.º 4/2001 – 2.ª secção do Tribunal de Contas – D. R. II série, n.º 191, de 18 de Agosto de 2001)

a)	CAMARA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO			b) 2015
1	NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO FISCAL: 501 143 530			
2	ENDEREÇO POSTAL: Praça do Município 6000-458 CASTELO BRANCO			
	TELEFONE - TELEX / TELEFAX: 272 330330 Fax: 272 330324			
3	REGIME FINANCEIRO E OUTROS ELEMENTOS DE IDENTIFICAÇÃO: Regime com autonomia administrativa, financeira e patrimonial			
4	NÚMERO DE ELEITORES:			50 450
	FONTE: Diário da República n.º. 42 de 01/03/2016 - 2ª Série			
5	LEGISLAÇÃO (CONSTITUIÇÃO, ORGÂNICA E FUNCIONAMENTO, QUANDO APLICÁVEL):			
6	ESTRUTURA ORGANIZACIONAL EFECTIVA (ORGANOGRAMA E, QUANDO APLICÁVEL, A INDICAÇÃO DOS ÓRGÃOS DE NATUREZA CONSULTIVA E DE FISCALIZAÇÃO):			
		Data de aprovação	Data de publicação	Diário da República
	Estrutura Orgânica	28 e 28/12/2012	28/01/2013	II Série n.º. 19
	Mapa de Pessoal	05 e 22 /12/2014		
	Reestruturação de serviços	17 e 30/04/2015	27/05/2015	II Série nº 102
7	DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS ACTIVIDADES: Prossecução de interesses próprios da população respectiva			
8	RECURSOS HUMANOS – IDENTIFICAÇÃO DO PRESIDENTE E DEMAIS MEMBROS DO ÓRGÃO EXECUTIVO E, QUANDO APLICÁVEL, DOS RESPONSÁVEIS PELA DIRECÇÃO DA ENTIDADE: Luís Manuel dos Santos Correia - Presidente			
RESUMO (N.º DE MEMBROS DO ÓRGÃO EXECUTIVO):				
	Em regime de Permanência			4
	A meio tempo			1
	Outros			
OBSERVAÇÕES:				

a) – Identificação da entidade
b) – Ano a que reporta a gerência em apreciação.

9 ORGANIZAÇÃO CONTABILÍSTICA: BREVE DESCRIÇÃO DAS PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DO SISTEMA INFORMÁTICO UTILIZADO/EXISTENTE; DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERVALARES, QUANDO EXISTIREM; EXISTÊNCIA OU NÃO DE DESCENTRALIZAÇÃO CONTABILÍSTICA E, EM CASO AFIRMATIVO, BREVE DESCRIÇÃO DO SISTEMA UTILIZADO E DO MODO DE ARTICULAÇÃO COM A CONTABILIDADE CENTRAL: Gestão contabilística a nível orçamental e patrimonial com emissão de demonstrações financeiras anuais e com módulos de gestão patrimonial e de recursos humanos. Não há descentralização contabilística.

10 INDICADORES DE GESTÃO:	
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX Fundo de Equilíbrio Financeiro	12 771 185
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX Fundo Social Municipal	963 094
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX Participação Fixa no IRS	2 443 287
Receitas Correntes no ano anterior ao da gerência em apreciação	31 588 434
Despesas de investimento no ano anterior ao da gerência em apreciação	16 502 268
Despesas com Pessoal do Quadro (c)	3 634 086
Despesas com Pessoal em Qualquer Outra Situação (c)	161 156
Dívidas a Receber de Terceiros (c)	1 110 416

11 ACÇÕES INSPECTIVAS:

Identificação das acções inspectivas levadas a efeito por órgãos de controlo interno (IGF e IGAT), com incidência na Gerência e nos 3 anos anteriores:

Data da acção 19/05/2014 Período abrangido 1/01/11 a 31/12/13 Entidade IGF N.º Proc. 2014/187/B1/595

Data da acção _____ Período abrangido _____ Entidade _____ N.º Proc. _____

Data da acção _____ Período abrangido _____ Entidade _____ N.º Proc. _____

12 INDICAÇÃO DA QUOTA PARTE DAS AMORTIZAÇÕES E ENCARGOS FINANCEIROS RESULTANTES DE EMPRÉSTIMOS CONTRAÍDOS PELAS ASSOCIAÇÕES DE MUNICÍPIOS EM QUE A ENTIDADE PARTICIPE E OU EMPRESAS PÚBLICAS MUNICIPAIS	
DESIGNAÇÃO:	UN. EUROS

13 SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS:

A Entidade tem Serviços Municipalizados? S N

Se respondeu sim, especifique quais e indique os respectivos grupos: Serviços Municipalizados de Água Saneamento e Resíduos Sólidos - Grupo I

14 REGULAMENTOS/DIRECTIVAS INTERNAS:

A Entidade tem regulamentos/directivas internas relativos às áreas contabilística, financeira e de controlo interno? S N

Se respondeu sim, especifique quais e indique, no caso de recurso a empresas de consultadoria ou auditoria, as áreas de actuação abrangidas: Norma de Controlo Interno - Norma Regulamentar de Inventário e Cadastro do Património Municipal e Regulamento Interno de Fundo de Maneio.

15 DOCUMENTOS DE GESTÃO:			
	Data de Aprovação pelo Órgão Executivo	Data de Aprovação pelo Órgão Deliberativo	Observações
Grandes Opções do Plano	<u>2014/10/31</u>	<u>2014/12/22</u>	
Orçamento	<u>2014/10/31</u>	<u>2014/12/22</u>	
Documentos de Prestações de Contas	<u>201</u>	<u>201</u>	

16 OUTRA INFORMAÇÃO CONSIDERADA RELEVANTE:

Em 04 de Abril de 2016.

O Responsável pelos Serviços (d)

Francisco José Almeida Sá

c) - No ano da gerência.
d) - Dirigente, dependente do órgão executivo, responsável pela área administrativa e/ou financeira.

Regime Financeiro

A Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro, estabelece o regime financeiro dos Municípios e das Freguesias, possuindo o Município de Castelo Branco autonomia financeira e patrimonial, nos termos dos termos do n.º 1 do artigo 6º deste diploma.

Os princípios fundamentais que norteiam a actividade municipal, estão definidos no n.º 2 do artigo 3º deste diploma.

Quanto ao equilíbrio financeiro vertical e horizontal, a repartição de recursos públicos é realizada mediante uma subvenção geral determinada a partir do Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF), cujo valor é igual a 19,5% da média aritmética simples da receita proveniente IRS, IRC e IVA, deduzido do montante afeto ao Índice Sintético de Desenvolvimento Social, nos termos do n.º 2 do artigo 69º. Uma subvenção específica determinada a partir do Fundo social Municipal (FSM), cujo valor corresponde às despesas relativas às atribuições e competências transferidas da Administração Central para os Municípios, e uma participação variável de 5% no IRS do ano imediatamente anterior, dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na área de circunscrição territorial, responsabilidade do Município.

Contabilidade

O regime contabilístico das Autarquias Locais está definido no Decreto-Lei 54-A/99 de 22 de Fevereiro, e o mesmo visa a uniformização normalização e simplificação do regime contabilístico, de modo a constituir um instrumento de gestão económico-financeira fiável capaz de fornecer informação, o mais precisa possível, para a tomada de decisão e ao mesmo tempo permitir o conhecimento completo do valor contabilístico do património e a sua decomposição, bem como a apreciação e julgamento do resultado anual do Município.

O Município de Castelo Branco não possui quaisquer dívidas definidas por sentença judicial, contudo constituiu uma provisão de 650.000€, para fazer face a eventuais indemnizações relativas a processos a decorrer.

8.1.5 Recursos Humanos

Em resultado das eleições autárquicas de 29-09-2013, o registo dos eleitos para os órgãos das Autarquias Locais, ao abrigo do Art.º 234º da Lei eleitoral dos órgãos das Autarquias Locais, é o abaixo indicado:

Relação Nominal dos Responsáveis

Município de Castelo Branco				
Gerência de 01-01-2015 a 31-12-2015				
Nome	Situação na entidade	Remuneração Líquida auferida	Período de responsabilidade	Morada
Amaldo Jorge Pacheco Braz	Vereador a meio tempo	14.088,01 €	01-01-2015 ----- 31-12-2015	Urbaniz. Quinta da Granja Rua Rainha D. Amélia nº.3. 6000-271 - Castelo Branco
Fernando Manuel Raposo	Vereador	0,00 €	01-01-2015 ----- 31-12-2015	Rua Dr. Vitor Santos Pinto Lote A - 96 2º. Esqº. 6000-478 - Castelo Branco
João Nuno Marques Carvalhinho	Vereador a Tempo Inteiro	24.733,07 €	01-01-2015 ----- 31-12-2015	Rua Dr. João Frade Correia nº.8 7º. 6000-352 - castelo Branco
João Paulo Martins Infante Pereira Benquerença	Vereador	0,00 €	01-01-2015 ----- 31-12-2015	Rua Engº. Pires Marques Lote 224 3º. Dto. 6000-406 - Castelo Branco
Jorge Manuel Carrega Pio	Vereador	24.663,19 €	01-01-2015 ----- 31-12-2015	Rua do Pombal nº. 17. 6005-090 - Alcains
Luis Manuel dos Santos Correia (Presidente)	Presidente da Câmara	32.487,33 €	01-01-2015 ----- 31-12-2015	Rua Prof. Sebastião António Morão Correia Lote A-8. 6000-473 - Castelo Branco
Maria José Barata Batista	Vereador a Tempo Inteiro	24.356,07 €	01-01-2015 ----- 31-12-2015	Urb. S. Tiago Rua G lote 7-A nº. 2. 6000-101 - Castelo Branco
Maria Teresa Rodrigues Martins	Vereador	0,00 €	01-01-2015 ----- 31-12-2015	Rua Prior Manuel Vasconcelos lote 14-E 1º. Esqº.. 6000-265 - Castelo Branco
Paulo Alexandre Martins Moradias	Vereador	0,00 €	01-01-2015 ----- 31-12-2015	Avenida da Carapalha nº. 24 6º. Esqº. 6000-320 - Castelo Branco

8.1.6 Organização Contabilística

O Município de Castelo Branco tem o seu sistema contabilístico organizado de modo a responder as necessidades de rotinas diárias e de controlo.

Diariamente são efectuados os registos de todos os documentos de receita e despesa, sendo gerados diariamente mapas como diário de tesouraria, resumo diário e mapas de receita e despesa, sendo os mesmos confrontados diariamente para verificação e validação da sua conformidade.

Mensalmente são efectuadas revisões e controlo dos movimentos contabilísticos através de balancetes, extractos de contas correntes e reconciliações bancárias.

O sistema contabilístico do Município de Castelo Branco está assente na plataforma informática da AIRC, a qual esta composta de diversas aplicações, nomeadamente (Sistema de Contabilidade Autárquica, Sistema de Gestão de Tesouraria, Sistema de

Taxas e Licenças, Sistema de Inventário e Cadastro, Sistema de Gestão de Stocks, Obras por Administração Directa, Gestão Documental), encontrando-se todos estes sistemas centralizados num servidor que posteriormente dá suporte às aplicações instaladas nas diversas secções.

8.1.7 Outra Informação Considerada Relevante

A norma de controlo interno está em vigor desde a data em que foi aprovada, ou seja 7-6-2002, tendo sofrido uma alteração nomeadamente ao regulamento interno de fundo de maneo a 4-4-2003.

O Regulamento Interno dos Serviços Municipais, foi aprovado através do Aviso n.º 3021/2001 – 2ª Série n.º 86 Apêndice 44 de 11/04/2001, onde são estabelecidos os objectivos, as atribuições e os níveis de actuação dos Serviços Municipais da Câmara Municipal de Castelo Branco, bem como os princípios que os regem, estabelece os níveis de direcção e de hierarquia que articulam os serviços municipais e o respectivo funcionamento.

No ano 2015 foram atribuídos pelo Orçamento de Estado os seguintes fundos:

Correntes

- Fundo de Equilíbrio Financeiro - 11.494.067,00 €
- Fundo Social Municipal - 963.094,00 €
- Participação Fixa no Irs - 2.443.287,00 €
- Outras - 2.035.609,58 €

Capital

- Fundo de Equilíbrio Financeiro - 1.277.188,00 €
- Outras - 81.663,79 €

No ano de 2015 o Município de Castelo Branco efectuou pagamentos relativos a investimentos no montante de 10.573.438,83 €.

Movimentos na conta 2732

Esta conta foi movimentada pelo acréscimo de custos com subsídio de férias e mês de férias a receber em 2016, cujo custo foi imputado ao ano 2015.

Movimentos na conta 2739

Esta conta foi movimentada pelos acréscimos de custos relativos ao ano 2015 e pela regularização dos acréscimos de custos do ano anterior.

Movimentos na conta 59

A conta de resultados transitados foi movimentada a débito, pelo valor de 556.455,95€ , relativos a regularizações, e à constituição de Reservas Legais. Foi movimentada a crédito pelo montante de 2.684.838,01 €, relativos ao resultado líquido transitado do ano 2014 e a regularizações.

Movimentação da conta 2745 Subsídios para Investimento

A movimentação desta conta foi efectuada com base no critério adoptado no cálculo das amortizações ou seja foram considerados proveitos do exercício o valor resultante da aplicação da taxa média de amortização ao total de subsídios atribuídos por grupo de bens, em virtude de actualmente ainda não ser possível efectuar a gestão dos subsídios através da aplicação de património, o que impossibilita o cálculo do proveito a considerar anualmente por cada bem (obra/empreitada) que foi objecto de financiamento.

8.2 – Notas ao Balanço e à Demonstração de Resultados

8.2.1 – Derrogações do POCAL

As demonstrações financeiras do exercício de 2015, foram preparadas, em todos os aspectos materiais, sem prejuízo do referido no parágrafo seguinte, em conformidades com as disposições do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL).

Contudo há que referir que o IMI (Imposto Municipal Sobre Imóveis) e IMT (Imposto Municipal sobre Transmissões), que embora sejam receitas do Município, são cobrados pelos Serviços de Finanças, transferindo estes à posteriori o produto da sua cobrança, mediante a dedução dos encargos de cobrança.

8.2.2 Comparabilidade

8.2.2.1 – Existências

O valor das existências é comparável com o do ano anterior, tendo em conta que em ambos os anos se usou o regime de inventário intermitente, contudo deverá ser aplicado quando possível o regime de inventário permanente.

8.2.2.2 – Imobilizações

O saldo das contas de imobilizado do exercício de 2015 são comparáveis com os saldos da gerência de 2014, tendo em conta que em ambos os exercícios apenas foram efectuadas alterações que decorreram da actividade normal do Município.

8.2.2.3 – Acréscimos e diferimentos

O valor dos acréscimos e diferimentos é comparável com o ano anterior, tendo em conta que os critérios utilizados no seu reconhecimento foram os mesmos do ano anterior.

8.2.2.4 – Amortizações Acumuladas e amortizações do exercício

A informação referente à gerência de 2015, é comparável com a gerência de 2014, uma vez que os critérios de amortização utilizados foram os mesmos nas duas gerências, tendo-se já utilizado a amortização por bem.

8.2.3 – Critérios Valorimétricos

8.2.3.1 – Bens do Domínio Público, Imobilizações Corpóreas e Incorpóreas

As Imobilizações tanto dos bens do domínio público com do domínio privado, encontram-se valorizadas ao custo de aquisição ou no caso dos bens adquiridos antes de 2000, ao valor de valorização, sendo o custo de aquisição suportado pelo documento de aquisição (facturas, contratos, autos de medição, escritura de compra e venda, escritura de doação, expropriação entre outros);

8.2.3.2 – Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros estão registados ao custo de aquisição, e dizem respeito a partes de capital discriminadas do seguinte modo:

Designação	Âmbito	Capitais Próprios	Taxa Participação	Valor Participação	Observações
Instituto Pedro Nunes	Não lucrativa / utilidade pública	7.824.322	1,87%	15 000,00	Contas aprovadas a 4-2-2016
Associação CAATA	Não lucrativa / utilidade pública	4.942.589,82	94%	47 000,00	Contas Aprovadas a
Naturtejo - Empresa de Turismo, E.I.M.	Intermunicipal			50 000,00	Não existem disponíveis contas atualizadas
Inovapark - Centro Empresarial e Logístico de Castelo Branco, S.A.	Empresa privada / mista			375 000,00	Não existem disponíveis contas atualizadas
Municipia	Empresa privada / mista			133 934,07	Não existem disponíveis contas atualizadas
Terras da Beira Baixa Sociedade de Desenvolvimento Agro - Industrial de Castelo Branco, E.M.	Municipal		90,00%	667 425,54	Inclui 67.425,54 relativos a reequilíbrio financeiro das contas de 2011 e 375.000 de Aumento Capital em 2013
Albigec	Municipal	438.395,66	100,00%	121 776,20	Inclui 54.265,46 relativos a reequilíbrio financeiro das contas de 2011, 17.230,53, relativa a reequilíbrio de 2012 e 120,21 relativo a aumento de capital em 2013
WRC	Empresa privada / mista			15 000,00	Não existem disponíveis contas atualizadas
Fundo de Apoio Municipal				1 933 122,87	Constituição do FAM
Valnor - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A.	Empresa privada / mista			599 719,00	Não existem disponíveis contas atualizadas
TOTAL				3 957 977,68	

8.2.3.4 - Amortizações

O cálculo das amortizações foi efectuado com base no método das quotas constantes, sendo a taxa de amortização aplicada com base na taxa de amortização respeitante a cada bem amortizável.

8.2.3.5 - Existências:

As existências foram valorizadas ao custo de aquisição.

8.2.3.6 – Acréscimos e diferimentos

Os acréscimos e diferimentos foram reconhecidos apenas no final do ano pelo valor global dos documentos que lhes deram origem.

8.2.3.7 – Dívidas de e a Terceiros

As dívidas de e a terceiros, são expressas pelas importâncias constantes dos documentos que as titulam.

8.2.3.8 – Disponibilidades

As disponibilidades de caixa e depósitos em instituições financeiras pelos montantes dos meios de pagamento e dos saldos de todas as contas à ordem e a prazo abertas em nome do Município.

8.2.3.9 – Fundos Próprios

O saldo da conta Fundos Próprios – Património, encontra-se decomposto pelo património inicial, decorrente dos valores inscritos no balanço inicial e pelas alterações subsequentes, nomeadamente saldo inicial do património, reservas legais constituídas, doações, resultados transitados e resultados líquidos do exercício, a 31-12-2014, o valor dos fundos próprios totalizava 193.377.203,55 €.

Não foi feito o reforço do património nos termos do ponto 2.7.3.4 do POCAL, em virtude a Câmara Atualmente ainda se encontrar em fase de inventariação.

8.2.4 – Cotações utilizadas na conversão de moeda portuguesa de transacções em moeda estrangeira

O Município de Castelo Branco, não efectuou transacções em moeda estrangeira, nem apresenta saldos a 31-12-2015 em moeda estrangeira em que tenha sido efectuada a conversão e actualização cambial.

8.2.5 – Resultado Líquido

O resultado líquido foi calculado com base na aplicação das regras contabilísticas definidas pelo POCAL, sendo o seu valor na gerência de 2015 de 3.067.995,84 €.

8.2.6 – Despesas de Investigação e Desenvolvimento, Despesas de Instalação

Durante a gerência de 2015, a rubrica despesas de investigação e desenvolvimento sofreu uma diminuição de 161.648,61 €, motivada essencialmente pelo aumento das amortizações acumuladas.

8.2.7 – Movimentos do Imobilizado Bruto e Amortizações

Câmara Municipal de Castelo Branco

Ano: 2015

Ativo Bruto (Imobilizado Bruto)

Rubricas	Saldo Inicial	Reavaliação/Ajustam.	Aumentos	Alienações	Sinistros+Abates+Transf.	Saldo Final
451 Terrenos e recursos naturais	3.346.799,17	0,00	70.569,41	0,00	0,00	3.417.368,58
452 Edifícios	103.279,71	0,00	0,00	0,00	0,00	103.279,71
453 Outras construções e infraestruturas	50.259.164,43	0,00	162.185,80	0,00	32.544.354,98	82.965.705,21
455 Bens do património histórico, artístico e cultural	273.898,68	0,00	0,00	0,00	0,00	273.898,68
459 Outros bens de domínio público	48.473.075,47	0,00	0,00	0,00	0,00	48.473.075,47
445 Imobilizações em curso	68.478.859,94	0,00	5.235.137,96	0,00	-32.466.126,35	41.247.871,55
446 Adiantamentos por conta de bens de domínio público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	170.935.077,40	0,00	5.467.893,17	0,00	78.228,63	176.481.199,20
431 Despesas de instalação	192.684,09	0,00	0,00	0,00	0,00	192.684,09
432 Despesas de investigação e desenvolvimento	4.581.771,38	0,00	130.353,33	0,00	0,00	4.712.124,71
433 Propriedade industrial e outros direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
443 Imobilizações em curso	2.208.606,01	0,00	49.200,00	0,00	0,00	2.257.806,01
449 Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	6.983.061,48	0,00	179.553,33	0,00	0,00	7.162.614,81
421 Terrenos e recursos naturais	17.454.420,26	0,00	520.264,88	0,00	86.300,26	18.060.985,40
422 Edifícios e outras construções	130.315.500,75	0,00	720.472,01	0,00	17.156.935,13	148.192.907,89
423 Equipamento básico	3.535.227,41	0,00	379.876,32	0,00	0,00	3.915.103,73
424 Equipamento de transporte	1.198.785,52	0,00	40.888,83	0,00	0,00	1.239.674,35
425 Ferramentas e utensílios	150.508,96	0,00	1.962,88	0,00	0,00	152.471,84
426 Equipamento administrativo	6.110.582,20	0,00	332.608,74	0,00	0,00	6.443.190,94
427 Taras e vasilhame	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
429 Outras imobilizações corpóreas	580.905,69	0,00	33.690,00	0,00	0,00	614.595,69
442 Imobilizações em curso	47.818.571,70	0,00	2.959.766,49	0,00	-17.321.464,02	33.456.874,17
448 Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	207.164.502,49	0,00	4.989.530,15	0,00	-78.228,63	212.075.804,01
411 Partes de capital	1.987.514,69	27.526,04	0,00	0,00	0,00	2.015.040,73
412 Obrigações e títulos de participação	1.985.122,87	0,00	0,00	0,00	0,00	1.985.122,87
4141 Invest. em imóveis - Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4142 Invest. em imóveis - Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4151 Outras aplic. financeiras - Depósitos em instituições financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4152 Outras aplic. financeiras - Títulos de dívida pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4153 Outras aplic. financeiras - Outros títulos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
441 Imobilizações em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
447 Adiantamentos por conta de investimentos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	3.972.637,56	27.526,04	0,00	0,00	0,00	4.000.163,60

8.2.8 – Cadastro do Imobilizado

Actualmente torna-se de todo impossível relacionar o cadastro do Imobilizado em virtude de a aplicação de inventário e cadastro se encontrar desactualizada, não sendo possível à data de 31-12-2015, afirmar que todos os bens constantes da aplicação têm evidência física, contudo ao longo do ano 2015, já foram feitas muitas regularizações de bens principalmente no tocante a imobilizações em curso rubrica que durante o ano 2015 foi reduzida em 415.77.949,09 €, através da passagem contabilística dos bens para Imobilizado corpóreo

8.2.13 – Bens utilizados em regime de locação financeira

A Câmara Municipal de Castelo não possui bens em regime de locação financeira.

8.2.14 – Indicação dos bens de imobilizado que não foi possível valorizar

Não é possível indicar estes bens pelo motivo exposto no ponto 8.2.8

8.2.15 – Indicações dos bens de domínio público que não são objecto de amortização

Não é possível indicar estes bens pelo motivo exposto no ponto 8.2.8

8.2.18 – Designação e sede das entidades participadas

Nome da Entidade	Sede
<p><u>Entidades Societárias</u></p> <p>Municípa - Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, SA</p> <p>NATURTEJO - Empresa de Turismo E.I.M.</p> <p>Albigec - Empresa de Gestão de Equipamentos Culturais, Desportivos e de Lazer, EM, S.A.</p> <p>WRC - Web para a Região Centro, Agência de Desenvolvimento Regional, S.A.</p> <p>Inovapark - Centro Empresarial e Logístico de Castelo Branco S.A.</p> <p>Terras da Beira Baixa, EM, S.A.</p> <p><u>Entidades não Societárias</u></p> <p>Serviços Municipalizados de Castelo Branco</p> <p>APESB - Associação Portuguesa de Engenharia Sanitária e Ambiental</p> <p>ANMP - Associação Nacional de Municípios Portugueses</p> <p>CIEBI - Centro de inovação Empresarial da Beira Interior</p> <p>AMATO LUSITANO - ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO</p> <p>Associação de Municípios Raia Pinhal</p> <p>Associação de Municípios Natureza e Tejo</p> <p>CIM-BIS - Comunidade Intermunicipal da Beira Interior Sul</p> <p>Inovcluster - Associação do Cluster Agro-Industrial do Centro</p> <p>Cataa - Associação de Apoio Técnico Agroalimentar de Castelo Branco</p>	<p>São Julião da Barra - 2780-001 Oeiras</p> <p>Rua Conselheiro Albuquerque n.º 4 Cv - 6000 Castelo Branco</p> <p>Av.ª Nuno Alvares n.º 32 - R/c - 6000-083 Castelo Branco</p> <p>Quinta dos Cabrais - Tamengos - Anadia - 3780-544 Tamengos</p> <p>Avenida do Empresário - Nercab - 6000 Castelo Branco</p> <p>Rua da Fonte Nova, Rua da Fonte Nova n.º 1 - 1º - 6000-147 Castelo Branco</p> <p>Av.ª Nuno Alvares - Edifício dos SMAS n.º 32 - 6000-083 Castelo Branco</p> <p>Av.ª do Brasil nº 101 - 1700-066 Lisboa</p> <p>Av.ª Elias Garcia n.º 7 - 1º - 1000-146 Lisboa</p> <p>Rua Conselheiro Joaquim Pessoa n.º 5 - 6200-367 Covilhã</p> <p>Rua da Fonte Nova n.º 1 - R/c Dt.º - 6000-167 Castelo Branco</p> <p>Rua da Fonte Nova n.º 1 - R/c Dt.º - 6000-167 Castelo Branco</p> <p>Castelo Branco</p> <p>Idanha-a-Nova</p> <p>Zona Industrial de Castelo Branco - Rua A - 6000-459 Castelo Branco</p> <p>Zona Industrial de Castelo Branco - 6000-459 Castelo Branco</p>

8.2.22 — Valor global das dívidas de cobrança duvidosa

O Município de Castelo Branco à data de 31/12/2015, era credor de 663.283,09 €, de acordo com o seguinte mapa:

	DÍVIDA		
	Total	Entre 6 e 12 meses	Mais de 12 meses
Industrial	5.443,44	982,08	4.461,36
Esplanadas	2.828,00	1.800,00	1.028,00
Call Centers	2.880,00	2.400,00	480,00
Mercado	8.713,44	378,50	8.334,94
Comércio e Serviços	996,00	99,60	896,40
Via Pública	5.059,13	237,60	4.821,53
Praias Fluviais	100,00	0,00	100,00
Campo da Pátria	112.735,76	2.250,00	110.485,76
Diversas	87.110,20	0,00	87.110,20
Habitação Social	238.623,05	95.449,22	143.173,83
TOTAL	464.489,02	103.597,00	360.892,02

8.2.26 – Descrição Desagregada das responsabilidades

O Município de Castelo Branco, não prestou quaisquer garantias ou cauções na gerência de 2015.

A 31-12-2014, o Município de Castelo Branco detinha garantias prestadas por terceiros no valor de 382.993,38 €, conforme a seguinte relação:

Câmara Municipal de Castelo Branco

Mês de Fim

Ano: 2015

Conta	Designação	Mov. Débito	Mov. Crédito	Saldo Débito	Saldo Crédito
09312	Fornecedores de imobilizado	194.518,46	10.301.695,83	0,00	10.107.177,37
093121	Retenções	0,00	30.788,66	0,00	30.788,66
0931210056	BEDARIL - SOC.CONST.CIVIL OBRAS PUBLICAS, Lda	0,00	1.421,58	0,00	1.421,58
0931210056002	Ex-Quartel/Reforç.Estrut.Edific. nº.3- 2ª fase- DC	0,00	1.421,58	0,00	1.421,58
0931210134	ENTEKO EMP.TÉCNICA DE CONSTRUÇÕES, LDA	0,00	1.050,48	0,00	1.050,48
0931210134001	Inf.Área Loc.Emp.-Ex.Pass.Hidrául.Rua D - DC	0,00	974,90	0,00	974,90
0931210134002	C.P.P.F.-Pr.R.Mestre Monteiro T+ DC	0,00	75,58	0,00	75,58
0931210151	CONSTRUTEZE - CONST. EMPREIT. OBRAS, LDA	0,00	106,32	0,00	106,32
0931210151001	Const.Pass.Desniv.-Bº Boa Esperança T+ 96/05/28	0,00	106,32	0,00	106,32
0931210287	ANTÓNIO MARQUES & MARQUES, LDA	0,00	1.795,67	0,00	1.795,67
0931210287001	C.M.Estád.Municip.Val.Romeiro-A.L.Balneário 2ªF-DC	0,00	1.795,67	0,00	1.795,67
0931210392	CONSTRUÇÕES AFONSO J.J. BATISTA, LDA	0,00	124,70	0,00	124,70
0931210392001	Ampl.Rec.Esg.mun. - Rua Cemitério/Lousa - 89/08/22	0,00	124,70	0,00	124,70
0931210438	TAPICENTRO - TAPEÇARIAS, LDA	0,00	209,76	0,00	209,76
0931210438001	A.E.Ex-Quartel S.M. - Forn.Assent.Rev.Pav. - DC	0,00	209,76	0,00	209,76
0931210883	MATOS BARATA, SOCIEDADE CONSTRUÇÕES, LDA	0,00	4.463,89	0,00	4.463,89
0931210883011	C.R.M.E.E.M.-Esc.1º Ciclo Horta D'Alva T+ 01/12/20	0,00	1.340,33	0,00	1.340,33
0931210883013	C.R.M.E.C.M. - Ponte Ocreza - Enc.M.Dta - 02/11/15	0,00	3.123,56	0,00	3.123,56
0931210891	HABIBRANCO, CONSTRUÇÕES, LDA	0,00	5.245,33	0,00	5.245,33
0931210891001	Constr. Centro Social de Pousafoles - 00/03/29	0,00	4.731,71	0,00	4.731,71
0931210891002	Constr. Centro Social Pousafoles T+ 00/12/20	0,00	513,62	0,00	513,62
0931211024	Constrope - Congevia, Eng.º e Construções, S.A.	0,00	3.907,06	0,00	3.907,06
0931211024501	Centro de Cultura Contemporânea	0,00	3.907,06	0,00	3.907,06
0931211930	ALFREDO FERREIRA DA SILVA	0,00	43,06	0,00	43,06
0931211930001	em 548 entre EN 548 E EN 112 PO/P340	0,00	43,06	0,00	43,06
0931211931	DÁMASO & FERNANDES, LDA	0,00	916,07	0,00	916,07
0931211931001	Pav.Bº Nº Srº Valongo C.B. - 1990/01/11	0,00	916,07	0,00	916,07
0931211933	LUSOVIAS - CONSTRUÇÃO CIVIL, LDA	0,00	2.514,20	0,00	2.514,20
0931211933001	Constr.Passeios e Pav. em C.B. - 87/06/09	0,00	2.514,20	0,00	2.514,20
0931211934	MANUEL BEATO FAUSTINO	0,00	149,21	0,00	149,21
0931211934001	Rep.Escola Primária de Mata - 92/06/03	0,00	149,21	0,00	149,21
0931211942	SOMEC-SOC.METROPOLITANA CONSTRUÇÕES, S.A	0,00	7.898,67	0,00	7.898,67
0931211942001	Constr.Jardim Infância S.Tiago C.B. - 93/08/04	0,00	4.314,32	0,00	4.314,32
0931211942002	Construção Jardim Infância S.Tiago CB T+ 94/09/29	0,00	3.584,35	0,00	3.584,35
0931211943	COMBASE-CONSTRUTORA ALTO ALENTEJO, LDA	0,00	473,09	0,00	473,09
0931211943001	Const.Esc.C+S Bº Perdizes PIDDAC T+ 94/12/06	0,00	144,59	0,00	144,59
0931211943002	Constr.Esc.C+S Bº Perdizes-Equip.Telef.T+ 96/02/28	0,00	328,50	0,00	328,50
0931211945	JOSÉ REGALO RODRIGUES	0,00	469,57	0,00	469,57
0931211945001	C.R.M.Redes Iluminação Pública Municipio 95/09/06	0,00	469,57	0,00	469,57
093122	Garantias Bancárias	0,00	7.745.399,01	0,00	7.745.399,01
093123	Seguro Caução	0,00	371.879,18	0,00	371.879,18
093124	Depósito Caução	194.518,46	2.153.628,98	0,00	1.959.110,52
0932	Garantias e Cauções de Terceiros, Prestadas	10.301.695,84	0,00	10.301.695,84	0,00
09322	Prestadas por Fornecedores de imobilizado	10.301.695,84	0,00	10.301.695,84	0,00
093221	Retenções	30.788,67	0,00	30.788,67	0,00
0932210056	BEDARIL - SOC.CONST.CIVIL OBRAS PUBLICAS, Lda	1.421,58	0,00	1.421,58	0,00
0932210056002	Ex-Quartel/Reforç.Estrut.Edific. nº.3- 2ª fase- DC	1.421,58	0,00	1.421,58	0,00
0932210134	ENTEKO EMP.TÉCNICA DE CONSTRUÇÕES, LDA	1.050,48	0,00	1.050,48	0,00
0932210134001	Inf.Área Loc.Emp.-Ex.Pass.Hidrául.Rua D - DC	974,90	0,00	974,90	0,00
0932210134002	C.P.P.F.-Pr.R.Mestre Monteiro T+ DC	75,58	0,00	75,58	0,00
0932210151	CONSTRUTEZE - CONST. EMPREIT. OBRAS, LDA	106,32	0,00	106,32	0,00

Câmara Municipal de Castelo Branco

Mês de Fim

Ano: 2015

Conta	Designação	Mov. Débito	Mov. Crédito	Saldo Débito	Saldo Crédito
0932210151001	Const.Pass.Desniv.-Bº Boa Esperança T+ 96/05/28	106,32	0,00	106,32	0,00
0932210287	ANTONIO MARQUES & MARQUES, LDA	1.795,67	0,00	1.795,67	0,00
0932210287001	C.M.Estád.Municip.Val.Romeiro-A.L.Balneário 2ºF-DC	1.795,67	0,00	1.795,67	0,00
0932210392	CONSTRUÇÕES AFONSO J.J. BATISTA, LDA	124,70	0,00	124,70	0,00
0932210392001	Ampl.Rec.Esg.mun. - Rua Cemitério/Lousa - 89/08/22	124,70	0,00	124,70	0,00
0932210438	TAPICENTRO - TAPEÇARIAS, LDA	209,76	0,00	209,76	0,00
0932210438001	A.E.Ex-Quartel S.M. - Forn.Assent.Rev.Pav. - DC	209,76	0,00	209,76	0,00
0932210883	MATOS BARATA, SOCIEDADE CONSTRUÇÕES, LDA	4.463,89	0,00	4.463,89	0,00
0932210883011	C.R.M.E.E.M.-Esc.1º Ciclo Horta D'Alva T+ 01/12/20	1.340,33	0,00	1.340,33	0,00
0932210883013	C.R.M.E.C.M. - Ponte Ocreza - Enc.M.Dta - 02/11/15	3.123,56	0,00	3.123,56	0,00
0932210891	HABIBRANCO, CONSTRUÇÕES, LDA	5.245,33	0,00	5.245,33	0,00
0932210891001	Constr. Centro Social de Pousafoles - 00/03/29	4.731,71	0,00	4.731,71	0,00
0932210891002	Constr. Centro Social Pousafoles T+ 00/12/20	513,62	0,00	513,62	0,00
0932211024	Constrope - Congevia, Eng.º e Construções, S.A.	3.907,06	0,00	3.907,06	0,00
0932211024501	Centro de Cultura Contemporânea	3.907,06	0,00	3.907,06	0,00
0932211930	ALFREDO FERREIRA DA SILVA	43,06	0,00	43,06	0,00
0932211930001	em 548 entre EN 548 E EN 112 PQ/P340	43,06	0,00	43,06	0,00
0932211931	DÂMASO & FERNANDES, LDA	916,07	0,00	916,07	0,00
0932211931001	Pav.Bº Nº Srº Valongo C.B. - 1990/01/11	916,07	0,00	916,07	0,00
0932211933	LUSOVIAS - CONSTRUÇÃO CIVIL, LDA	2.514,20	0,00	2.514,20	0,00
0932211933001	Constr.Passeios e Pav. em C.B. - 87/06/09	2.514,20	0,00	2.514,20	0,00
0932211934	MANUEL BEATO FAUSTINO	149,21	0,00	149,21	0,00
0932211934001	Rep.Escola Primária de Mata - 92/06/03	149,21	0,00	149,21	0,00
0932211942	SOMEC-SOC.METROPOLITANA CONSTRUÇÕES, S.A	7.898,67	0,00	7.898,67	0,00
0932211942001	Constr.Jardim Infância S.Tiago C.B. - 93/08/04	4.314,32	0,00	4.314,32	0,00
0932211942002	Construção Jardim Infância S.Tiago CB T+ 94/09/29	3.584,35	0,00	3.584,35	0,00
0932211943	COMBASE-CONSTRUTORAALTO ALENTEJO, LDA	473,10	0,00	473,10	0,00
0932211943001	Const.Esc.C+S Bº Perdizes PIDDAC T+ 94/12/06	144,59	0,00	144,59	0,00
0932211943002	Constr.Esc.C+S Bº Perdizes-Equip.Telef.T+ 96/02/28	328,51	0,00	328,51	0,00
0932211945	JOSÉ REGALO RODRIGUES	469,57	0,00	469,57	0,00
0932211945001	C.R.M.Redes Iluminação Pública Municipio 95/09/06	469,57	0,00	469,57	0,00
093222	Garantias Bancárias	7.745.399,01	0,00	7.745.399,01	0,00
093223	Seguro Caução	371.879,18	0,00	371.879,18	0,00
093224	Depósito Caução	2.153.628,98	0,00	2.153.628,98	0,00
0933	Garantias e Cauções de Terceiros, Devolvidas	0,00	194.518,46	0,00	194.518,46
09332	Devolvidas a Fornecedores de imobilizado	0,00	194.518,46	0,00	194.518,46
093324	Depósito Caução	0,00	194.518,46	0,00	194.518,46
Totais Gerais:		10.496.214,30	10.496.214,29	10.301.695,84	10.301.695,83

A 31-12-2015 as dívidas de Curto e Médio e Longo Prazo do Município de Castelo Branco a Instituições de Crédito, ascendia a **6.763.390,66 €**.

8.2.27 - Desdobramento das contas de provisões acumuladas

O Município de Castelo Branco procedeu à constituição das seguintes provisões:

- 100% de Provisão para dívidas superiores a 1 ano - **412.690,52 €**;
- Provisões para processos judiciais em curso - **650.000,00 €**.

8.2.28 – Classe 5 Fundo Patrimonial

CONTA	SALDO INICIAL	AUMENTOS	DIMINUIÇÕES	SALDO FINAL
51	44 606 142,62 €			44 606 142,62 €
571	6.584.044,66 €	108.977,21 €		6.584.044,66 €
576	1 703 017,76 €			1 703 017,76 €
59	138.304.454,26 €	2.684.838,01 €	556.455,95 €	140.432.836,32 €
88	2.179.544,25 €	3.842.785,12 €	2.954.333,53 €	3.067.995,84 €
	193.377.203,55 €	6.636.600,34 €	3.510.789,48 €	196.503.014,41 €

8.2.29 a 8.3.6.2 – Estes pontos dizem respeito aos mapas constantes dos documentos de prestação de contas.